

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXIII Jornada de Pesquisa

## **PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A JUVENTUDE<sup>1</sup>** **PERSPECTIVE OF THE ECONOMY SOLIDÁRIA FOR YOUTH**

**Dalmiro Volnei Silva<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Bolsista CNPq. Bacharel e Licenciado em Sociologia; Pós-Graduação em Ciências Sociais. Bolsista do projeto apoiado pelo CNPQ desenvolvido na itecsol/Unijui - Ações de Economia Solidária na região noroeste do RS . Orientação: Dr. Enio Waldir da Silva

<sup>2</sup> BOLSISTA CNPQ. Bacharel em Sociologia/Unijui, Pós-graduado em Ciências Sociais. Bolsista do projeto apoiado pelo CNPQ - 2017-2018, Desenvolvido na ITECSOL/Unijui. Orientação Prof. Dr. Enio Waldir da Silva

Resumo:

A Economia Solidária desponta no cenário histórico como um processo que contém elementos de um novo modo de produção que substitui o capitalismo, como mostram as práticas de autogestão produtiva, a distribuição equitativa do trabalho e a renda, as relações sociais solidárias e o respeito ao meio-ambiente. É também um movimento social, pois lutam por direitos para além de seus atores internos, demonstrados nas estratégias de criação dos espaços de diálogos - Encontros, Fóruns, Conferências, Congressos - e nas táticas de mobilização coletiva (entre os principais estão os Catadores, Artesãos e a Agricultura Familiar). Além disso, é prática circunstancial de busca de renda e trabalho para as diversas pessoas e famílias, individual ou em grupos, associações, cooperativas. No entanto, é na perspectiva de se ter um modo criativo de viver que mais está promovendo a Economia Solidária. É aí que entra a juventude e seu preparo cultural para o futuro. Mostraremos aqui como a economia solidária poderá se tornar o grande cabo de esperança para a juventude.

Palavras-chave: Economia Solidária; Juventude; trabalho criativo.

### PERSPECTIVE OF THE ECONOMY SOLIDÁRIA FOR YOUTH

Summary:

The solidarity economy emerges in historical setting as a process that contains elements of a new mode of production that replaces the capitalism, as productive self-management practices, the fair distribution of work and income, social relations solidarity and respect for the environment. It is also a social movement, as they fight for rights beyond its internal actors, demonstrated in the strategy of creating spaces for dialogue-meetings, forums, conferences, congresses-and in the tactics of collective mobilization (between the main are the pickers, Artisans and family

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXIII Jornada de Pesquisa

agriculture). In addition, it's circumstantial income search practice and work for the many individuals and families, either individually or in groups, associations, cooperatives. However, is the prospect of having a creative way of living that is promoting the solidarity economy. This is where youth and cultural preparation for your future. We show here how the solidarity economy could become the great Cape of hope for youth.

Keywords: solidarity economy; Youth; creative work

#### Introdução

Entre os princípios da economia solidária estão a autogestão, a cooperação, a dignidade humana, a apropriação coletiva dos meios de produção, a distribuição equitativa da renda, a sustentabilidade e a solidariedade. Para existir a cooperação é preciso emergir interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, partilha do poder e do resultado das ações e a responsabilidade solidária. A Autogestão, envolve a ideia que os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de administração das decisões, a implantação destas e a avaliação dos resultados. A dimensão auto-gestionária cria os efeitos do planejamento a curto, médio e longo prazo da produção, comercialização e aplicação das rendas com um processo contínuo de manutenção da cultura democrática no interior a da vida econômica, além de permitir o controle burocrático dos procedimentos.

Esta dimensão da democracia econômica o cerne da novidade dos empreendimentos não capitalistas. É uma das bases de motivação transformativas e faz a agregação de esforços e recursos pessoais para as organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso principalmente nas relações sociais, mas é na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Justamente por ser solidária que a vida se torna digna e sustentável diante do reconhecimento da igualdade e diferença do outro, diante da justiça social e diante da ética com a natureza ecológica da existência humana. A economia solidária já se constitui em algumas repostas e, quando pensada junto à ideia de desenvolvimento, pressupõe-se entender que a sustentabilidade terá que

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXIII Jornada de Pesquisa

ter por base as vivências sociais, econômicas, culturais, políticas e ecológicas. Sem este entendimento, sem despertar a solidariedade que existe em cada ser humano, o indivíduo não se abre, não fala, não participa. Sem isso, não há democracia. Nenhum ser humano pode viver sozinho, fora de qualquer comunidade. Pertencer a grupos sociais, da família à sociedade planetária, é um princípio não apenas de nossa sobrevivência material, mas também de nossa identidade, de nosso desenvolvimento intelectual, de nosso equilíbrio afetivo. No entanto, não podemos imaginar ações solidárias em indivíduos municiados de sofrimentos individuais e misérias.

Um dos aspectos mais desafiador da Economia Solidária está na formação de uma nova cultura que oriente processos educativos escolares e extraescolares. É este aspecto objetivo que envolve a novas gerações que é preciso destacar.

A educação/formação em economia solidária amplia e dá novo sentido a tal de “educação para o empreendedorismo”, hoje tão em voga, que apregoa que o jovem deve tomar iniciativa e criar soluções alternativas à falta de empregos, tornando-se o “patrão de si mesmo” e, se possível, gerar novos empregos, ou seja, contribuir para a exploração da força de trabalho de outrem. Na verdade, não se reivindica o empreendedorismo como alternativa para os jovens, pois a racionalidade econômica ali embutida está diretamente relacionada à precarização do trabalho assalariado, o que se materializa pelo aumento crescente do trabalho assalariado temporário, sem vínculo empregatício e sem direitos sociais.

Na Economia Solidária, o aspecto educativo cria outra racionalidade econômica, e não a mera (re) inserção ou “inclusão forçada” dos jovens na economia. Também é preciso estar “de olho” nos cooper fraudes e cooper gatos (os mais novos mecanismos da acumulação flexível). Sobre as experiências juvenis de trabalho associado, acredita-se que estas ganham mais sentido quando vinculadas a movimentos sociais que buscam fortalecer a hegemonia do trabalho sobre o capital (Fontes, 1997).

Trata-se de reunir potenciais ali presente para realizar processo educativos coletivos do aprender a viver, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser.

A educação é fenômeno primordial e básico da vida humana. Ações de economia solidária são substantivadas por uma concepção popular emancipadora de educação que reconhece o potencial criativo de grupos e movimentos sociais que, de modo digno, buscam satisfazer as condições básicas da vida, das quais se acham excluídos, mas com direito de por elas lutar. Trata-se promoção comunitária de vida social e cultural, pela qual se capacitam os sujeitos ao exercício de uma vida cidadã. A importância da atenção ao processo formativo dos grupos solidários precisa ser munida de crença nas potencialidades do saber popular e na riqueza das vivências das pessoas imensas em seus territórios de convivência e práticas de socialização de suas conquistas e de suas necessidades (Barcelos, 2010).

A educação de qualidade a ao longo da vida, o reconhecimento e valorização da diversidade em consonância com os princípios da Economia Solidária podem romper com os padrões de desigualdades em nosso País. A educação no século XXI, neste novo milênio, nos desafia e nos propõe a refletir o cotidiano desgastante e tumultuado no qual vivemos, exige formação e auto formação constantes, respeito a nós mesmos e às diferenças com relação aos outros na nossa constituição como humanos. Uma educação cooperativa, solidária, ancorada em princípios que nos

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXIII Jornada de Pesquisa

guiem e orientem na construção de outra lógica econômica, social, educacional, mais humana e justa. O aprender a viver juntos acentua a nossa necessidade de desenvolver conhecimentos acerca dos outros, das suas histórias, tradições e espiritualidade.

Para aprender a viver juntos é preciso aprender a conhecer considerando as rápidas alterações provocadas pelo progresso científico e as novas formas de atividade econômica e social, há que conciliar uma cultura geral suficientemente vasta, com a possibilidade de dominar, profundamente, assuntos específicos. No aprender a fazer, além da aprendizagem de uma profissão, há que adquirir uma competência mais ampla, que prepare o indivíduo para enfrentar numerosas situações, muitas delas imprevisíveis, e que facilite o trabalho em equipe, dimensão atualmente muito negligenciada pelos métodos pedagógicos. O aprender a ser, cada vez mais imprescindível para a transformação social, exige de todos nós grande capacidade de autonomia e de discernimento, juntamente com o reforço da responsabilidade pessoal, na realização de um destino coletivo. E ainda, não deixar por explorar nenhum dos talentos que constituem como que tesouros escondidos no interior de cada ser humano. Memória, raciocínio, imaginação, capacidades físicas, sentido estético, facilidade de comunicação com os outros, carisma natural, sensibilidade humana, o que só vem confirmar a necessidade de cada um se conhecer e se compreender melhor.

Daí a necessidade de se pensar em políticas públicas, no campo da economia solidária, que possam ir ao encontro das demandas e desejos dos jovens. Acompanhadas de processos de educação/formação em economia solidária, as ações juntas e com os jovens trabalhadores instigam à reflexão.

Sem dúvida, assim como os demais jovens que em junho de 2013 ocuparam as ruas, os jovens trabalhadores associados têm tentado construir um mundo melhor e possuem suas próprias formas demonstrar o tempo da indignação que vivem.

Metodologia: A pesquisa-ação participante e a pesquisa bibliográfica serviram de base para esta reflexão, pois implicamos nela diálogo com jovens da região de Três Passos e Ijuí- RS que tiveram experiências com ações de economia solidária

Trabalho Criativo - desafios para imaginar o futuro.

Os homens se dependem mutuamente e não têm como ser individualmente autônomos sem terem condições reais para isso. As condições, como diz Sousa Santos (2014), estão desigualmente distribuídas e, numa era de economia neoliberal, os indivíduos pressionados a serem autônomos são precisamente aqueles que se encontram em piores condições de o serem.

Partimos do pressuposto de que o trabalho faz parte da essência humana, e de que é de sua natureza trabalhar, tanto como um dever quanto direito. O melhor sonho da trajetória humana foi o que propunha que todos tivessem trabalho, pudessem usufruir o respectivo produto e a ordem social impedisse a exploração do trabalho. Quando se trabalha é a si mesmo que está se construindo, pois, o caráter, a personalidade e a identidade advêm do trabalho. Se desprezarmos o trabalho desprezaremos a nós mesmos e por isso todo o trabalho, deve ser bem feito e para isso precisamos de ter boas condições para desenvolvê-lo de tal forma que ela defina o próprio modo da existência (SENNETT, 2001). Pelo trabalho nos inserimos no mundo, é pelo trabalho que o homem se torna meio ambiente do próprio homem, como diz Arendt (2001, p. 14); "tentar

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXIII Jornada de Pesquisa

compreender o homem sem considerar o trabalho é tentar compreender o homem, apesar de sua vida”.

Segundo Sennett, é preciso vencer o drama cultural, este pesadelo no qual os indivíduos se sentem débeis e desinteressantes e são conduzidos para a ansiedade de como tornar-se importante e útil aos olhos dos outros. Outro grande dilema desafia o caráter neste novo capitalismo: é o quem precisa de mim, em um regime onde as relações entre as pessoas no trabalho são superficiais e descartáveis e os laços de lealdade, confiança e compromisso mútuo se afrouxam em decorrência das experiências de curto prazo (SENNETT, 2001. p.176). Essa é a exclusão que atinge grande parte da humanidade, e não somente os declarados violentos, criminosos ou em vulnerabilidade social

Por isso é preciso se contrapor a esse trabalho capitalista e nós temos na experiência da economia solidária um chão firme para ocorrer essa mudança. Ali as pessoas falam por necessidade interior, mais do que por levante de massas interessadas em tomar o poder. Ali há implícita e explicitamente motivos para os seres humanos ligarem uns para os outros.

As experiências emancipatórias genuínas que ali vão surgindo precisam ser aproveitadas para costurar uma rede de combate ao capitalismo, sistema incompatível com os preceitos dos direitos humanos como gramática decisiva da dignidade humana e não como uma linguagem que chama um Deus para se fazer valer e garantir-se. Ou seja, são os locais os lugares onde devem se realizar as experiências de sociedade justa e não o global abstrato. Os locais podem formar zonas de contato pluricultural capazes de se refinar e se complementar e formar subjetividades fortes em convivências (SOUSA SANTOS, 2014).

Esse é o caso da Economia Solidária. Ali se gesta uma nova gramática do social que se torna motivadora e enunciativa de justiça social e é oposta ao novo colonialismo neoliberal. É uma gramática politizada de transformação social produtora de direitos humanos para além do Estado, do mercado e do consumismo privatista. Se faz como experiência diferenciada em todas as nações e culturas e vai aos poucos se tornando a imagem de uma nova comunidade humana de cidadãos com direitos humanos. A Economia Solidária é um movimento social que reivindica novas sociabilidades mais solidárias e complementares, a permanente inclusão social, a geração de renda, a condição de pensar outra economia, outro mercado, outra educação social e cultural. Ela é oriunda das práticas sociais de economia popular e educação popular e se universaliza por estar comprometida com a condição humana dos excluídos, exigindo a participação dos grupos na transformação da realidade manchada pela competição e competitividade capitalista (SILVA, 2012).

Os pertencentes da Economia Solidária começam por associações, quando alguém percebe as práticas sofridas dos indivíduos e os convidam para dialogar sobre as condições do trabalho e as possibilidades de trabalho coletivo e de renda coletiva. A forte relação com as condições deterioradas de trabalho e vivência lhe é um motivador natural para pertencer ao grupo e a associação. As práticas ali desenvolvidas lhes são como uma escola aberta desata as inteligências individuais e grupais e lhes dá uma garantia ao ver no outro o grupo que também é seu, assim como é de todos tudo o que ali for feito. O tempo para diálogo sobre o fazer concreto faz brotar imagens de um mundo diferente daquele que os oprimia e excluía (HABERMAS, 1990). Os apoiadores mostram os princípios da economia solidária e as experiências bem-sucedidas de

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXIII Jornada de Pesquisa

empreendimentos feitos por eles para eles e dialogam sobre a rede de trabalho e renda. Experimentam, vivenciam, dialogam e percebem a grandeza da solidariedade.

O trabalho é percebido como essência humana e como condição de humanização e não apenas como carga pesada e angustiante. O jeito de fazer, a renda auferida, o olhar do companheiro, o encontro de diálogo em que as falas resolvem problemas concretos e encaminham decisões, o compromisso de todos na implantação da decisão, a avaliação dos resultados e a reaplicação das boas experiências transformam o indivíduo em uma nova pessoa, mais íntegra, mais digna, pois tem alimentação, tem moradia, tem trabalho garantido, pode tratar da saúde sua e da família, tem tempo para viver a afetividade com os seus e o respeito e amizade com os outros.

A vida coletiva os transforma em autogestores: constroem o estatuto próprio, promovem a divisão do trabalho e da renda, definem os preços, a logística, a inserção no mercado por participação e não por submissão, criam a moeda, formam consumidores solidários, financiadores francos, buscam parceiros, participam de fóruns da rede, escrevem documentos para poderes instituídos propondo marco regulatórios, criam espaços educativos próprios e aprimoram os elementos universais da democracia radical como a sustentabilidade ecológica, econômica, social, política e cultural (TOURAINÉ, 1998). A cidadania vivenciada na prática reativa esferas públicas existentes e cria outras para que os indivíduos possam agir coletivamente e se empenhar em deliberações, vigilância com as implementações e avaliações de resultados. Ela é essencial para a constituição da identidade política baseada em valores de solidariedade, de emancipação e do reconhecimento da diferença ao mesmo tempo em que amplia os diálogos de entendimentos e consolida uma cultura política democrática. Incorporaria as experiências participativas e as capacidades dos setores populares em construir espaços de poderes locais, para além de espaços de Estados, em esferas públicas da sociedade civil, para além dos limites de uma aquisição formal e legal no sistema (MANCINI, 2008).

Juventude e democracia econômica.

A democracia tem que ser pensada colocando a vida no centro de todos os processos e procedimentos. Isso significa que em torno dela deve girar os elementos que a sustentam, como a cultura, a sociedade e o trabalho. Da cultura se exigem saberes edificantes, plurais, multiculturais e emancipatórios (libertários). Da sociedade se exige relações sociais solidárias, responsáveis e participativas. Da natureza se quer a saúde da terra, do ar, da água, e da energia e do trabalho, se quer a defesa da dignidade da produção coletiva e distribuição coletiva, usando de tecnologia social para gerar renda digna e dignidade para com a renda. Ou seja, a cultura pede democratização da cognição, a sociedade solicita a solidariedade, a natureza exige a sustentabilidade e trabalho busca a dignidade.

“Nossa juventude está aí, nos mais diferentes lugares, com diferentes experiências e caminhadas. Somos uma juventude que vem com o desejo de pensar novas formas de construir nosso lugar de ação e organização, uma juventude que procura uma nova estratégia para pensar o mundo. Temos uma juventude na Economia Solidária, ela está nos empreendimentos, nas organizações de juventude, que são estudantes, agricultoras e agricultores, filhos e filhas de militantes da economia solidária, trabalhadoras e trabalhadores, no campo e na cidade, mas percebemos que esta juventude ainda não tem visibilidade. É uma juventude presente, mas que não se organiza dentro dos espaços da economia solidária como um coletivo de juventude com características

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXIII Jornada de Pesquisa

próprias e com demandas próprias”. (Trecho da carta da juventude da economia solidaria junho 2014.)

Essa timidez que se revela vai ser a falta de novas lideranças num futuro que pode estar bem próximo. O espaço público para uma juventude marginalizada como os filhos e filhas dos catadores não existe, esta fronteira precisa ser rompida e estender a mão também para este ser humano, brasileiro que está vivendo numa mesma sociedade e sob o manto das mesmas leis.

A atuação da juventude precisa ser valorizada, compreendida e acolhida a partir da sua diversidade que vai muito além dos segmentos, empreendimentos, entidades e gestores, que hoje constituem a economia solidária. Acolher a juventude é estratégico para o futuro da economia solidária. Os poderes públicos pecam por isso por não abraçarem esse segmento e deixa-lo enfraquecer, pois enfraquece a sociedade, enfraquece a família e como não dizer a economia.

Deparamo-nos hoje com muitas questões de violência, falta de oportunidades e precarização do trabalho, educação fraca, exploração e degradação dos meios naturais. Precisamos buscar esta juventude e trazê-la para o diálogo para fortalecer e consolidar parte dos princípios da economia solidária, é por solidariedade, cooperação, autogestão, autonomia na luta, na vida e no trabalho, sem isso não a dignidade que se sustente.

As imagens que são construídas sobre a juventude nos veículos de comunicação são estereótipos que, como tais, nem sempre correspondem à realidade. Para refletir sobre políticas públicas para, e com a juventude (ou juventudes), é necessário considerar a diversidade e a complexidade do universo do jovem real que hoje habita as cidades, o campo, as periferias e as favelas, lidando com discriminações e desigualdades de toda ordem, produzidas por uma excludente sociedade de classes.

Qual a diferença dos jovens dos Bairros Getúlio Vargas de Ijuí, da Toca da Onça de Três Passos, Santa Fé de Santo Augusto, Morro da Cruz de Porto Alegre ou da Rocinha do Rio de Janeiro? Nenhuma, podem ter uma cultura diferente, pela própria condição de vida que levam, mas representam a juventude de um país, a força futura de uma nação, virar as costas para eles significa condenar seu próprio país. Não podemos dialogar apenas com a juventude da elite ou das classes médias e fazer destes um estereótipo exemplar, a juventude deve ser vista como juventude em sua categoria fundante.

As políticas para a juventude têm como alvo os excluídos da escola e do mercado de trabalho. Nelas, de uma maneira geral, o trabalho aparece como uma prática social capaz de disciplinar o jovem, contribuindo para a diminuição dos riscos que ele, ocioso, potencialmente cria para a sociedade (Spósito e Carrano, 2003).

Contemplado no Estatuto da Juventude - Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 98/2011 - em tramitação desde 2011, o “direito à profissionalização, ao trabalho e à renda” visa reconhecer o direito do jovem ao trabalho decente, exercido em condições, remuneração e proteção social adequadas. Busca assegurar condições especiais de jornada de trabalho por meio de compatibilização entre horários de trabalho e estudo, promoção do estágio e aprendizagem, criação de crédito especial destinado a jovens empreendedores, apoio ao jovem trabalhador rural e proteção aos jovens contra a exploração e precarização do trabalho juvenil. Destaca-se, aqui, o direito à promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXIII Jornada de Pesquisa

solidária e da livre associação.

Entende-se que, em vez de “salvadores da pátria” ou sujeitos de assistência social, os Jovens devem ser considerados como sujeitos de direitos, entre os quais o direito ao trabalho associado. Em uma perspectiva distinta da “empregabilidade” e do “empreendedorismo”, ou seja, em um horizonte que busca contrariar a lógica do sistema capital, entende-se que as experiências de trabalho associado incorporam dimensões objetivas e subjetivas, de cunho emancipador, nos processos de construção de liberdade e autonomia. Nesse horizonte, indica-se a necessidade de políticas públicas de economia solidária que contribuam para o exercício da autogestão do trabalho, do território e de outras instâncias da vida social.

De acordo com a OIT (2009), uma parte significativa da juventude brasileira apresenta grandes dificuldades em conseguir uma inserção de boa qualidade no mercado de trabalho.

Sobre a taxa de desemprego, é importante considerar que as desigualdades de gênero, raça e etnia são ainda mais graves quando ocorre sobreposição destas dimensões: chega a 34,1% a taxa referente a mulheres jovens e negras na zona urbana metropolitana.

A Secretaria Nacional de Juventude potencializa uma série de programas e ações por meio de articulação interministerial. Dentro de um conjunto de programas e ações, destacam-se: Pro jovem Urbano; Pro jovem Campo; Pro jovem Trabalhador e Pro jovem Adolescente; Programa Cultura Viva; Bolsa Atleta; Programa Segundo Tempo; Projeto Rondon; Projeto Soldado Cidadão; Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci); PRONAF Jovem; Pro Uni; Brasil Alfabetizado; Projeja e Ampliação do Bolsa Família. No entanto, para além do Estado, do atual sistema educativo e seus currículos está a Economia Solidária, fazendo experiências, produzindo novas formas de conhecimentos, de tecnologia social e nova cultura de trabalhar, viver, se relacionar com a sociedade e a natureza. Por isso se constitui em um aspecto educativo civilizacional e fonte para se extrair as raízes de novo povo mais solidário.

**Conclusão**

Podemos dizer que hoje vivemos o tempo dos direitos culturais, que são os novos direitos que emergem da atual situação de conflitualidade, de luta pelo reconhecimento (das minorias, das maiorias e do indivíduo) e percepção de multiculturalismo que vivem as pessoas. Refere-se a um direito à diferença (cultural) e à igualdade (econômica), de forma que todos possam viver juntos iguais e diferentes. Trata-se não mais do direito de ser como os outros, mas de ser outro, na sua singularidade. Sendo assim os direitos culturais não visam apenas à proteção de uma herança ou da diversidade das práticas sociais, mas obrigam a reconhecer, que cada um, individual ou coletivamente, pode construir condições de vida e transformar a vida social em virtude de sua maneira de harmonizar os princípios gerais da modernização com as identidades particulares.

A economia solidária insere-se no interior destes direitos, pois se constitui em um movimento social amplo e tem um sentido societal, pois reúne, genericamente, três perspectivas: uma nova qualidade ao mundo do trabalho, novas formas de vivência coletiva e as novas formas de pensar e reposicionar a relação do homem com a natureza, com o outro e com a cognicidade. A economia solidária está posicionada nas fissuras existentes entre o Estado e a sociedade civil, integrando sujeitos para além das classes sociais, contendo proposições de uma nova civilização. É possível concluir, no entanto, que ela nasce junto às culturas de resistência aos processos produtivos e distributivos desiguais e exploradores. Ela expressa as energias de quem guardou a compreensão

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXIII Jornada de Pesquisa

de que a marca do ser humano, sua lógica, é a solidariedade e não a competição, como nos fora ensinado por muito tempo. Agrega também a ideia de que o trabalho é para edificar a vida e não uma carga pesada de autodestruição das forças naturais, físicas e intelectuais. A economia solidária seguiu à margem da avalanche da economia da exploração e guardou íntima relação com a vida afetiva das famílias.

A Economia Solidária faz com que a pessoa saia da sua condição de mero indivíduo, passe a entender a si e os outros como sujeitos que podem criar seus mundos, passando a lutar como atores sociais nos movimentos sociais. Sem o reconhecimento do outro, a passagem do sujeito ao ator social não seria possível. Os movimentos sociais são lugares perfeitos para fugir do ordenamento que aprisiona e da comunidade fechada - eles são mais livres e sem doutrinas fundamentalistas - permitem a palavra expressadora do desejo da liberdade e das indignações.

A juventude vem demonstrando as pulsões pela unidade do sujeito, as indignações e inseguranças em relação ao presente e ao futuro. Podemos encontrar elementos genéricos nos interesses da juventude expressas em seus movimentos.

Mas a fase humana da juventude é a fase das transformações biológicas como processo pelo qual, o ego do jovem se apresenta instável e vulnerável às pressões pulsionais e às influências externas, sendo altamente suscetíveis aos fenômenos sociais, momento oportuno para a incorporação de valores, adequados ou não a uma relação construtiva dentro da sociedade. É a fase da trajetória de vida onde a pessoa está abandonando a infância e indo ao encontro da fase adulta. Por ser uma fase de passagem é uma fase de crise subjetiva, própria de um momento rico na constituição da identidade, da personalidade.

É o estatuto social do sujeito que é provocada para que ele assuma papéis sociais. Mas é no corpo que se centraliza os aspectos das mudanças, onde se sai de si e procura-se o outro como uma força de necessidade, de busca de satisfação de algo que não se sabe bem o que é.

É a imagem do indivíduo sobre seu corpo, sobre si mesmo e desafios de ter uma linguagem que diga de si, daquilo que se destaca do corpo e vai fazer parte do imaginário de si e de outros, nem tanto para si e muito para os outros. Busca exemplares. Desafia as estruturas adquiridas na infância e quer sustentar outras que ainda não sabe quais.

Concentrado nos ímpetus do corpo, o adolescente se volitiva, se questiona, se sente inseguro, teme o futuro e, ao mesmo tempo, tem forças desordenadas para enfrentar tudo, não se aquieta, luta, se excita. As respostas corpóreas o encorajam e lhes dá um garante. Ele se mostra na rede de linguagens, de significantes sociais. A sociedade teme o jovem, assim como teme toda a transformação. Ela quer responsabilizar o jovem pelo futuro dela. Sabe que o adolescente é portador do novo, tem poderes.

O imaginário social estigmatiza o jovem e não lhes reserva lugar. A interação sujeito e momento social tem na adolescência um momento crucial: o novo ser nada tem de seguro ou que lhe apresenta é nada amigável: os elogios ao corpo e ao belo, idealizado por alguns lugares sociais já ocupados pelos adultos e servindo a objetivos instrumentais (lucro, comércio, etc.), e, muitas vezes, longe das fontes parentais (familiares). Neste sentido, no adolescente, o jovem, a imagem do outro é sempre força desviante e ele se torna anormalizador: se embate com tudo e com todos, principalmente com os pais, professores e governantes.

As jovens vítimas das transformações das regiões rurais estão desafiadas a pensar o futuro a

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXIII Jornada de Pesquisa

partir da realidade local. “O local de trabalho é também a residência, o que resulta no reconhecimento da importância social, econômica e territorial da produção familiar.” (SILVESTRO et al., 2001, p. 26). As transformações recentes no mundo rural, com ampliação de horizontes para a inserção profissional, do entendimento de que o estabelecimento familiar não é somente um lugar de produção, mas, também, um modo de vida, não mais separam negócio e família. Estão modificando a visão de reprodução social que estava baseada, principalmente no acesso à terra e na valorização da profissão de agricultor.

Para Schneider no momento de caracterizar a agricultura familiar em sociedades capitalistas três elementos estão presentes. O primeiro está relacionado à forma de uso do trabalho, que pressupõe que unidades familiares têm a predominância do trabalho dos membros da família. O segundo elemento está na relação natureza e os obstáculos que ela apresenta como fator de influência para que a unidade agrícola desenvolvida, mesmo diante dos avanços tecnológicos, não possa ser igualada à atividade industrial no seu modo de funcionamento. O terceiro elemento está na relação dos agricultores familiares com o espaço social e econômico em que estão inseridos, bem como da tomada de decisões no interior da família ou grupo doméstico. A agricultura familiar se apresenta como um modelo estruturado e organizado de modo a orientar o seu sistema de produção e ocupação da mão de obra para além dos aspectos econômicos. (SCHNEIDER, 2009 apud RECKZIEGEL, 2011, p. 16).

Para falarmos de cooperativismo como sistema, movimento ou atitude de organização de atividades sociais ou econômicas, antes, é importante refletirmos porque as pessoas cooperam ou não cooperam.

Diante dessa proposição, uma abordagem muito pertinente, que merece ser colocada, é a afirmação de Sennett (2012), quando nos convida a refletir sobre a seguinte pergunta elaborada pelo filósofo Michel de Montaigne: “Quando estou brincando com meu gato, como posso saber que ele não está brincando comigo?” (SENNETT, 2012, p. 92).

Esta pergunta tem o objetivo de instigar a convicção de que não podemos conhecer a vida íntima de ninguém, tanto animais irracionais como, também, seres humanos. Em relação a isso, podemos acrescentar, ainda, que é muito comum não entendermos o que se passa nas mentes e nos corações das pessoas com as quais temos de trabalhar e cooperar. Mas, mesmo com toda esta subjetividade enigmática constatada, o convite a fazer algo em conjunto, a nos relacionarmos com os outros, é, por hora, instigante e provocador.

A cooperação manifesta-se de muitas formas, podendo ser associada à competição (destrutiva), ou seja, cooperar para ganhar um jogo, que pode gerar resultados destrutivos para os outros. Também, é importante destacar, a boa cooperação, que pode ser bem difícil. Nesse caso, seria reunir pessoas de interesses diferentes ou conflitantes e que não se entendem. O desafio é reagir aos outros nos termos deles. Esse tipo de cooperação ajuda os indivíduos e os grupos a apreender as consequências dos próprios atos.

Seguindo nessa reflexão, Sennett (2012) afirma que, em muitas relações sociais, nós não sabemos exatamente o que precisamos dos outros e, também, não sabemos o que os outros podem querer de nós. Então, para que possamos avançar nesse contexto, é necessário explorar a cooperação como uma habilidade. Esta habilidade proposta vai requerer a capacidade de entender e de mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto. Porém, devemos estar conscientes de que a

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXIII Jornada de Pesquisa

cooperação em si nem sempre é benigna, pois pode unir pessoas que desejam fazer mal umas às outras, como, por exemplo, pessoas que cooperam para ter sucesso em um assalto. Tal situação, embora hipotética, ressalta a necessidade de pensarmos a cooperação para além de um fator ético positivo.

Avante nessa linha de raciocínio, Sennett (2012) comenta a importância da habilidade de saber ouvir bem, quando das conversas dialéticas e dialógicas. Desse modo, escutar atentamente acaba por gerar conversas do tipo dialética e dialógica.

Na conversa dialética, o jogo verbal de opostos deve levar gradualmente a uma síntese, tendo por objetivo chegar a um entendimento comum. Portanto, a habilidade na prática da dialética está em detectar, “ouvindo bem”, o que poderia contribuir para o terreno comum, gerando um produto final de mais qualidade e mais cooperativo.

Quanto à conversa dialógica, esta parte do princípio de uma cooperação mais aberta, mas um tipo específico de abertura que mobiliza, a seu serviço, mais a empatia (capacidade de compreender o sentimento ou reação de outra pessoa) do que a simpatia (sentimento bom em relação à outra pessoa), sabendo que isso não é nada fácil de praticar. Isso requer a capacidade de entender e de mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto. Com isso, ganhamos a compreensão de nós mesmos. Mas, para que se atinja tal estágio, são necessárias muitas habilidades, como, por exemplo, saber ouvir com atenção, agir com tato, encontrar pontos de convergência e de gestão da discordância e evitar a frustração.

Seguindo nessa abordagem, é importante lembrar que a humanidade viveu e vive em ambientes, tanto natural como social, onde a competição e a cooperação se expressam nas mais diversas formas. Cabe a nós, como “animais sociais”, descobrir e encontrar o equilíbrio entre competição e cooperação.

A cooperação natural começa pelo fato de que não podemos sobreviver sozinhos e o espectro de troca justa é que dá o equilíbrio entre competição e cooperação.

Mas ainda é muito precária a participação da nossa juventude em nossa região, em nossas cidades, falo aqui da região Celeiro, quase não existe, por falta de incentivo, por falta de uma construção de lideranças, de políticas que caminhem para este legado, ainda temos muito caminho para andar. É preciso se abrir para um diálogo com a juventude e mostrar as evidências clara do processo civilizacionais da economia solidária.

#### REFERÊNCIAS:

- ARENDDT, Ana. Poder e violência. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.
- ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luiz Inácio. Revista de Ciências Sociais. A Economia Solidária diante das desigualdades. Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 3, 2007, pp. 499 a 533
- BAUMAN Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. ed., 2003.
- COTRIM, Décio (Org.). Desenvolvimento rural e agricultura familiar: produção acadêmica da Ascar. Porto Alegre, RS: Emater/RS-Ascar, 2014. (Coleção Desenvolvimento Rural, v. 3). Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses//E\\_Book3.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses//E_Book3.pdf)>.
- FRANTZ, Walter. Organizações solidárias e Cooperativas: espaços de educação e bases da

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXIII Jornada de Pesquisa

Economia Solidária. Ijuí/RS: Unijui, 2008.

HABERMAS, Jurgen. Técnica e ciência como ideologia. Lisboa: Edições 70, 1990.

MANCE, Euclides André. Constelação solidárias. Passo Fundo/RS: IFIBE, 2008.

NASCIMENTO, Cláudio. Educação como elemento estruturante da economia solidária. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: INEP, 2005. p. 57-63.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth\\_employment/pub/trabalho\\_decente\\_juventude\\_brasil\\_252.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf)>.

SILVA Dalmiro Volnei. Religião, família e violência. Monografia Pós-graduação em ciências Sociais - Unijui- RS, 2007.

SILVA, Enio Waldir. Entre o Estado e a Sociedade Civil - A economia solidária como novo movimento social. In; BEDIN, Gilmar (Org.). Cidadania, Direitos Humanos e Equidade. Ijuí/RS: Unijui, 2012.

SILVA, Enio Waldir. Projeto de Extensão tecnológica - Economia Solidária e cooperativismo na região de Ijuí. Unijui. Acesso [www.unijui.edu.br](http://www.unijui.edu.br)

SINGER, Paul. Introdução à Economia solidária. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002

SILVA, Enio Waldir. Sociologia jurídica. Ijuí /RS: Unijui, 2012.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter - consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. São Paulo: Record, 2001.

SCHNEIDER, 2009 apud RECKZIEGEL, 2011, p. 16

SOSA SANTOS, Boaventura. Se Deus fosse um ativista dos seres humanos. São Paulo: Cortez, 2014.

TOURAINÉ, Alain. Podemos viver juntos? - Iguais e diferentes. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998. P. 237.

TOURAINÉ, Alain. Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.